

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

| |
|--|
| Identificação da Escola: Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Fundão |
| Circulo: Castelo Branco |
| Sessão: Secundário |

Projecto de Recomendação:

Exposição de motivos: (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

O Governo Civil é o órgão de administração pública que representa, administrativamente, o Governo da República Portuguesa em cada distrito. E é um facto que, desde a sua criação em meados do séc. XIX, as funções destes órgãos têm vindo a decrescer. Inicialmente viam a sua competência alargada à representação do governo central e de coordenação de todos os serviços do Estado localizados no seu distrito. Actualmente funcionam como simples delegação do Ministério de Administração Interna. Destacam-se das suas funções a emissão de passaportes, a segurança pública, a protecção civil e a gestão de processos eleitorais.

Sendo esta uma entidade que se encontra mais perto da população de cada distrito e dos seus problemas, propomos que se transfiram determinados poderes políticos para as suas competências. Seria uma boa aposta para que o poder não se encontre tão centralizado, distribuindo-se de acordo com as dificuldades mais sentidas por todos os distritos.

É também, para este órgão, uma oportunidade de se tornar um elo de ligação entre a política e os jovens. Visto que se observa um certo desinteresse em relação à política por parte dos jovens, seria vantajoso a promoção de actividades que transmitam um maior conhecimento sobre o funcionamento de uma política republicana. Desta forma, propomos que seja atribuída aos governos civis a responsabilidade de dinamizar e organizar palestras e debates (fóruns de discussão), com figuras políticas nacionais, nas escolas secundárias - abertas ao público em geral.

Por vezes existe insatisfação e descontentamento sentidos pela população, em relação a determinados ministérios, pelo facto de a sua presidência não demonstrar competência e responsabilidade para executar o cargo para o qual foi designado. Daqui surge a nossa segunda medida, que visa dar à população eleitoral uma oportunidade para intervir de forma a melhorar a administração do respectivo ministério. Isto seria conseguido da seguinte forma: cada sindicato ou grupo representativo de determinada área, ouvindo os protestos dos cidadãos que representam, se assim necessário, propunham ao governo uma nova solução para se substituir o ministro em questão. Esta medida iria criar uma maior responsabilização em relação aos altos cargos políticos e dar à população maior poder de intervenção nas

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

políticas de um governo.

Isto aconteceria em casos excepcionais, de severo descontentamento, e após os primeiros dois anos de cada mandato. Evitando, assim, greves e desmotivação/desmoralização da força laboral, criando também uma maior coesão político-social. Desta forma, a médio e longo prazo, é possível atingirem-se níveis de produtividade superiores, nos vários ramos e sectores nacionais, devido a uma maior confiança transmitida pelo governo aos trabalhadores.

Foram estas as melhores medidas encontradas, de acordo com o que são, para nós, as principais falhas no sistema de uma política organizada por padrões republicanos. As nossas propostas têm como finalidade criar uma melhor relação entre a sociedade e a política republicana que o nosso país acolhe e ir ao encontro da soberania popular e democracia participativa defendidas no 2º artigo da Constituição da República Portuguesa.

Medidas propostas: (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. Transferir determinados poderes políticos para os governadores civis e destinar-lhes a tarefa de dinamizar e organizar palestras e debates (fóruns de discussão) com figuras políticas nacionais, nas escolas secundárias, abertas ao público em geral.

2. Atribuir maior capacidade de intervenção aos parceiros sociais, em relação aos ministros escolhidos para ocupar certos cargos e às políticas por eles praticadas. Ou seja, no caso de haver insatisfação por parte da população, em relação às políticas de um determinado ministério, promover uma discussão para minimizar essas divergências

3. - Valorização dos partidos mais pequenos, na medida em que seja mais equilibrado o número de deputados por partido, dando-lhes mais voz e projecção no parlamento.